



Observatório Social do Brasil

JUNDIAÍ | SP

OSB
Observatório Social do Brasil

O Observatório Social do Brasil tem como missão despertar o espírito de **colaboração** entre as sociedades organizadas, através da criação de seu próprio observatório, além de exercer o controle social para eliminar **corrupção e má gestão**.

OSJ
Observatório Social do Brasil/Jundiaí/SP

- ✓ Lançado em 2015
- ✓ Assembleia de Constituição em Setembro de 2016
- ✓ Início das atividades em Fevereiro de 2017

Associação **sem fins lucrativos**; mantida e operada pela **associação civil**; espaço democrático, que atua de forma **apartidária** e **impartial**.

FAÇA PARTE TAMBÉM

AGENDA

- ✓ **16/02/2017** ASSEMBLÉIA GERAL DO OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL - JUNDIAÍ/SP

TRANSPARÊNCIA

TRANSPARÊNCIA

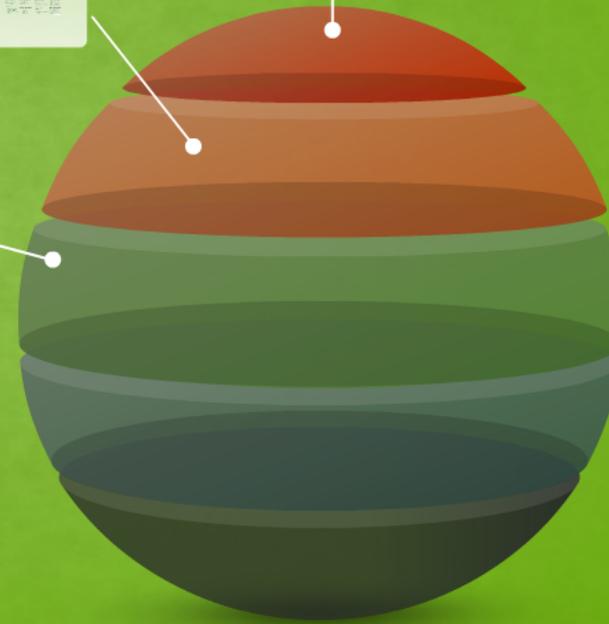
Transparência é a base para a confiança.

GESTÃO PÚBLICA

CONTRATOS DE OBRAS

CITAÇÕES

PROJETO DE OLHO NA CÂMARA - METAS PARA O LEGISLATIVO - DOCUMENTO COLABORATIVO



EU FAÇO PARTE DESSA UNIÃO

UNIDOS CONTRA A CORRUPÇÃO

NOVAS MEDIDAS PARA ACABAR COM ESSE VELHO PROBLEMA DO BRASIL.



Observatório SOCIAL DO BRASIL

JUNDIAÍ | SP



Observatório SOCIAL DO BRASIL

JUNDIAÍ | SP

OSB

Observatório Social do Brasil

O Observatório Social do Brasil tem como missão despertar o espírito da **Cidadania Fiscal** na sociedade organizada, através de estudos e seu próprio observatório, além de exercer o controle social para diminuir **corrupção e má gestão**.

OSJ

Observatório Social do Brasil/Jundiaí/SP

- ✓ Lançado em 2015
- ✓ Assembleia de Constituição em Setembro de 2016
- ✓ Início das atividades em Fevereiro de 2017

Associação **sem fins lucrativos**; mantida e operada pela **sociedade civil**; espaço democrático, que atua de forma **agartidária e impessoal**.

FAÇA PARTE TAMBÉM



AGENDA

- ✓ **ABRIL 2017** ASSEMBLEIA GERAL DO OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL, JUNDIAÍ/SP

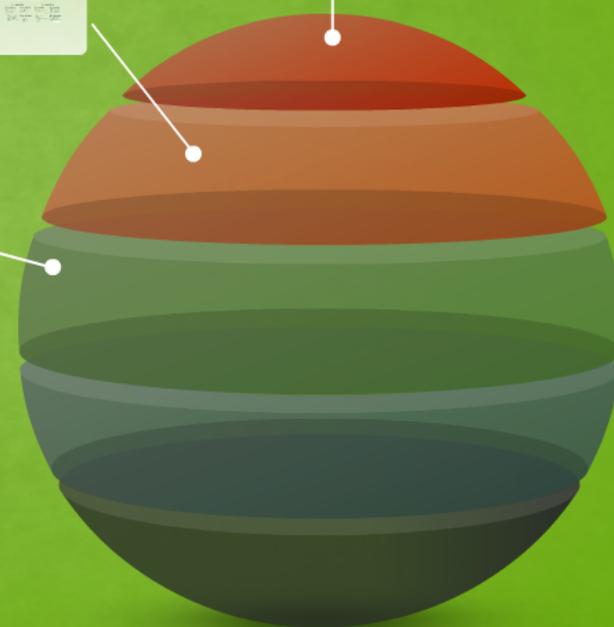
GESTÃO PÚBLICA



TRANSPARÊNCIA



PROJETO DE OLHO NA CÂMARA - METAS PARA O LEGISLATIVO - DOCUMENTO COLABORATIVO



EU FAÇO PARTE DESSA UNIÃO

UNIDOS CONTRA A CORRUPÇÃO

NOVAS MEDIDAS PARA ACABAR COM ESSE VELHO PROBLEMA DO BRASIL.





OSB

Observatório Social do Brasil

O Observatório Social do Brasil tem como missão despertar o espírito da **Cidadania Fiscal** na sociedade organizada, através da criação de seu próprio observatório, afim de exercer o controle social para diminuir **corrupção e má gestão.**

136 municípios

16 Estados

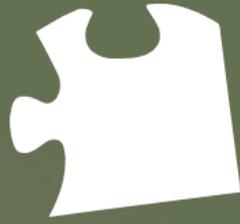
3500 voluntários

R\$2 bi em economia (2013-2016)

Nova cultura se formando: participação do cidadão de olho nos gastos públicos.



Reconhecimento no Prêmio Veja-se em 2018



✓ Lança

✓ Asser
2016

✓ Início

Associaç
pela soc
de forma

136 municípios

16 Estados

3500 voluntários

R\$2 bi em economia
(2013-2016)

Nova cultura se
formando:
participação do
cidadão de olho nos
gastos públicos.



Reconhecimento no
Prêmio Veja-se em 2018



OSJ

Observatório Social do Brasil Jundiaí/SP

- ✓ Lançado em 2015
- ✓ Assembléia de Constituição em Setembro de 2016
- ✓ Início das atividades em Fevereiro de 2017

Associação **sem fins lucrativos**; mantida e operada pela **sociedade civil**; espaço democrático, que atua de forma **apartidária e impessoal**.





TRANSPARÊNCIA

Triângulo da Fraude (fonte: TCU)



Cooperação OSB x TCU

Capacitar e orientar o controle social na obtenção de informações sobre **Transparência Passiva Municipal** e **Gestão de Contratações Municipais**

Levantamento de Transparência e Gestão de Contratações Municipais



A Transparência Passiva: sem abertura de informações, não há como o cidadão e a sociedade organizada controlarem a Administração Pública.

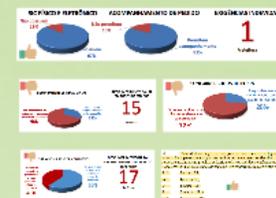
Gestão de Contratações: estrutura necessária para que a organização contrate bem. Para reduzir os riscos a organização precisa implantar controles internos.

Em 2014, o TCU publicou acórdão 1321/2014 "Riscos e Controles nas Aquisições" (RCA).

Fase 1: Transparência

Envio de 4 pedidos de informação

Pedido	Pergunta
Pedido "A"	A Prefeitura possui manual de procedimentos para orientar as etapas de planejamento das contratações, seleção de fornecedores e gestão de contratos?
Pedido "B"	Solicito acesso aos atos de um processo de contratação xx (a escolha do observatório social).
Pedido "C"	Solicito a lista de contratos celebrados pela Prefeitura com fonte de recursos federais.
Pedido "D"	O Município já regulamentou a Lei de Acesso à Informação?



Fase 2: Contratações

Envio de 8 pedidos de informação

Ped. n°	Título	Classif. do Pedido	Quantia	Resposta
Ped. n° 1	Resumo de contratos de RSC para o exercício 2013	01/02	1	Não
Ped. n° 2	Relatório de transparência passiva e lista de fornecedores de contratos celebrados em 2013	01/02	2	Não
Ped. n° 3	Relatório de transparência passiva e lista de fornecedores de contratos celebrados em 2013	01/02	3	Não
Ped. n° 4	Relatório de transparência passiva e lista de fornecedores de contratos celebrados em 2013	01/02	4	Não
Ped. n° 5	Relatório de transparência passiva e lista de fornecedores de contratos celebrados em 2013	01/02	5	Sim
Ped. n° 6	Relatório de transparência passiva e lista de fornecedores de contratos celebrados em 2013	01/02	6	Não
Ped. n° 7	Relatório de transparência passiva e lista de fornecedores de contratos celebrados em 2013	01/02	7	Não
Ped. n° 8	Relatório de transparência passiva e lista de fornecedores de contratos celebrados em 2013	01/02	8	Sim
Ped. n° 9	Relatório de transparência passiva e lista de fornecedores de contratos celebrados em 2013	01/02	9	Não
Ped. n° 10	Relatório de transparência passiva e lista de fornecedores de contratos celebrados em 2013	01/02	10	Não
Ped. n° 11	Relatório de transparência passiva e lista de fornecedores de contratos celebrados em 2013	01/02	11	Não
Ped. n° 12	Relatório de transparência passiva e lista de fornecedores de contratos celebrados em 2013	01/02	12	Sim
Ped. n° 13	Relatório de transparência passiva e lista de fornecedores de contratos celebrados em 2013	01/02	13	Sim
Ped. n° 14	Relatório de transparência passiva e lista de fornecedores de contratos celebrados em 2013	01/02	14	Em 2013



Conclusões da Fase 1

Panorama Geral: A estrutura de transparência municipal ainda não foi atendida na maioria dos municípios.

Panorama Local: Jundiaí foi um dos 5 municípios que foram aprovados.

Encaminhamentos: Realização de controle social, Possibilidade de transparência passiva.

Conclusões da Fase 2

Panorama Geral: A maioria das prefeituras não emite relatório no acompanhamento da gestão e governança de aquisições quando são contratadas federais.

Panorama Local: Jundiaí foi um dos 5 municípios que foram aprovados.

Encaminhamentos: Realização de controle social, Possibilidade de transparência passiva.

Levantamento de Transparência e Gestão de Contratações Municipais



Observatório
SOCIAL DO BRASIL



A Tran
de inf
e a so
Admin

Gestã
neces
contra
organ
contra

Em 20
1321/
Aquis

F
En

Pedido	
Pedido "A"	Plano 2018
Pedido "B"	Manu contra estim
Pedido "C"	Manu fornec saupre Públic
Pedido "D"	Manu contra servid
Pedido "E"	Lista na cla
Pedido "F"	Autos
Pedido "G"	Existi de cál estim contra

Cooperação OSB x TCU

Capacitar e orientar o controle social na obtenção de informações sobre **Transparência Passiva Municipal e Gestão de Contratações Municipais**

Triângulo da Fraude (fonte: TCU)

Pressão

Oportunidade



Racionalização

A Transparência Passiva: sem abertura de informações, não há como o cidadão e a sociedade organizada controlarem a Administração Pública.

Gestão de Contratações: estrutura necessária para que a organização contrate bem. Para reduzir os riscos a organização precisa implantar controles internos.

Em 2014, o TCU publicou acórdão 1321/2014 "Riscos e Controles nas Aquisições" (RCA).

Fase 1: Transparência

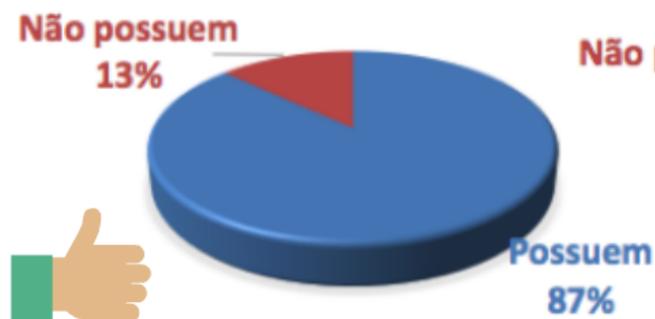
Envio de 4 pedidos de informação

Pedido	Pergunta
Pedido “A”	A prefeitura possui manuais de procedimentos para orientar as etapas de planejamento das contratações, seleção de fornecedores e gestão de contratos?
Pedido “B”	Solicito acesso aos autos de um processo de contratação xx (a escolha do observatório social)
Pedido “C”	Solicito a lista de contratos celebrados pela Prefeitura com fonte de recursos federais
Pedido “D”	O Município já regulamentou a Lei de Acesso à Informação?

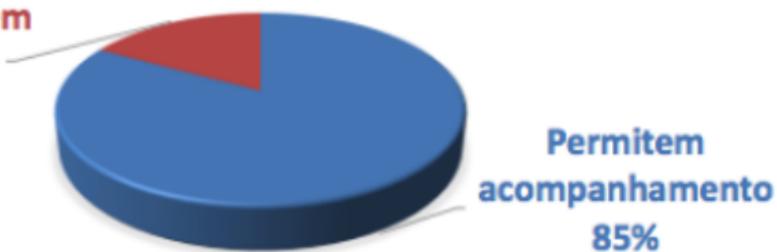
SIC FÍSICO E ELETRÔNICO

ACOMPANHAMENTO DE PEDIDO

EXIGÊNCIAS INDEVIDAS



Não permitem
15%



1

Prefeitura



DESCUMPRIMENTO DA LAI EM TODOS OS PEDIDOS

15

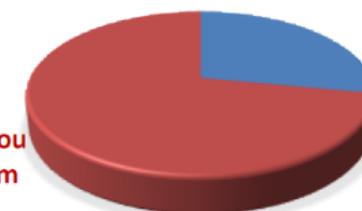
Prefeituras

CONFORMIDADE DA RESPOSTA



Ficaram em silêncio ou não responderam em conformidade

72%

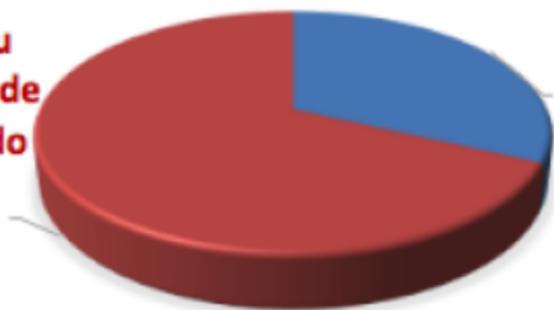


87%



CUMPRIMENTO DE PRAZO DA LAI

Não responderam ou "estouraram" o prazo de pelo menos um pedido
68%

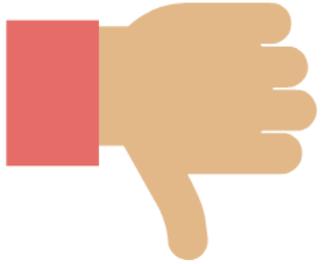


Responderam tempestivamente a todos os pedidos
32%

DESCUMPRIMENTO DA LAI EM TODOS OS PEDIDOS

15

Prefeituras



CONFORMIDADE DA RESPOSTA



Ficaram em silêncio ou não responderam em conformidade

72%

Responderam em conformidade com o que foi perguntado

28%



SILÊNCIO NA FASE DE CONTRATOS

Deixaram de responder a pelo menos um dos pedidos da etapa de contratos
40%



Responderam a todos os 8 pedidos da etapa de contratos
60%

DESCUMPRIMENTO DA LAI EM PELO MENOS UMA FASE DO TRABALHO

17

Prefeituras

72%

64. Cabe destacar aqui as exceções a esse quadro de hipossuficiência na transparência passiva municipal. As prefeituras municipais listadas abaixo, por exemplo, responderam, no prazo previsto na LAI, a todos os pedidos de informação enviados pelo respectivo OS nas duas etapas do trabalho, em conformidade com o que foi perguntado:

64.1. Franca - SP;

64.2. Jacareí - SP;

64.3. Jundiaí - SP;

64.4. Limeira - SP; e

64.5. Matinhos – PR.

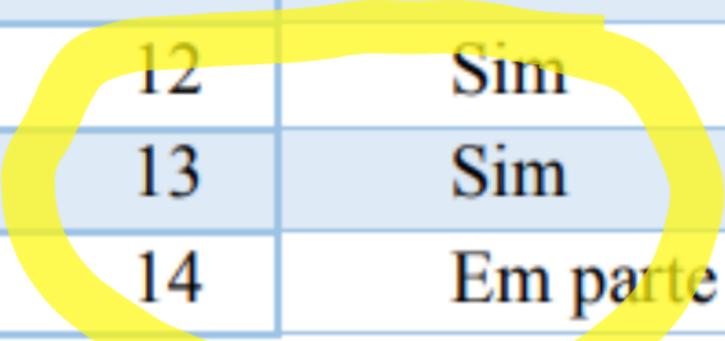


Fase 2: Contratações

Envio de 8 pedidos de informação

Pedido	Objeto	Questões Relacionadas	Questão	Resposta
Pedido "A"	Plano anual de contratações da Prefeitura para o exercício de 2018	Q1 e Q2	1	Não
			2	Não
Pedido "B"	Manuais de procedimentos para a etapa de planejamento das contratações; memórias de cálculo para os quantitativos estimados; e para os preços estimados.	Q3 a Q5	3	Não
			4	Não
Pedido "C"	Manuais de procedimentos para a etapa de seleção de fornecedores; e realização de consulta de licitantes inidôneos, suspensos ou impedidos de contratar com a Administração Pública.	Q6 e Q7	5	 Sim
			6	Não
Pedido "D"	Manuais de procedimentos para a etapa de gestão das contratações; e avaliação de capacidade técnica e operacional de servidor a ser designado como fiscal de contrato.	Q9 e Q10	7	Não
			8	 Sim
Pedido "E"	Lista de verificação (<i>checklist</i>) para auxiliar a assessoria jurídica na elaboração de parecer jurídico prévio à licitação.	Q11	9	Não
Pedido "F"	Autos do processo de contratação selecionado	Q12 a Q14	10	Não
			11	Não
Pedido "G"	Existência, no processo de contratação selecionado, de memória de cálculo e documentos de suporte para as quantidades e preços estimados; e documento formalizando a nomeação de fiscal de contrato titular e substituto.	Q12 a Q14	12	Sim
			13	Sim
Pedido "H"	Regulamentação pela Prefeitura no pregão eletrônico	Q8	14	Em parte

Questões Relacionadas		Questão	Resposta
o de	Q1 e Q2	1	Não
		2	Não
o das tivos	Q3 a Q5	3	Não
		4	Não
o de neos, ração	Q6 e Q7	5	 Sim
		6	Não
das al de	Q9 e Q10	7	Não
		8	 Sim
ídica	Q11	9	Não
	Q12 a Q14	10	Não
		11	Não
		12	Sim
nória reços al de	Q12 a Q14	13	Sim
		14	Em parte



3 - UNIDADE DE GESTÃO DA CASA CIVIL

Número / Tipo	Contratado	Assinatura	Término	Prorrogação
26/1	SDL ELETRO ELETRONICA LTDA EPP	19/03/2018	30/04/2021	
Valor original: R\$ 3.158.835,12	Valor atual: R\$ 3.292.011,12	Total Empenhado: R\$ 1.651.389,96	Saldo a Empenhar: R\$ 1.640.621,16	
Modalidade da Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO 357/2017		Processo: 33877-4/2017		
Objeto: LOCAÇÃO DE MICROCOMPUTADORES E NOTEBOOKS COM SISTEMA OPERACIONAL ´ MICROSOFT WINDOWS PROFESSIONAL 64 BITS, EM PORTUGUÊS (BRASIL) E SOFTWARE MICROSOFT OFFICE, ÚLTIMAS VERSÕES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE GESTÃO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ.				

Desta forma, com fundamento no art. 7º da Lei nº 12.527/2011 (que regula o acesso a informações), solicito à prefeitura apresentar as informações relacionadas abaixo, com respeito ao contrato 26/2018. Caso alguma dessas informações não conste do processo, favor apontar expressamente.

1. Memórias de cálculo da estimativa das quantidades que seriam contratadas; ✓
2. Documentos que deram suporte ao cálculo da estimativa das quantidades que seriam contratadas; ✓

Desta forma, com fundamento no art. 7º da Lei nº 12.527/2011 (que regula o acesso a informações), solicito à prefeitura apresentar as informações relacionadas abaixo, com respeito ao contrato 26/2018. Caso alguma dessas informações não conste do processo, favor apontar expressamente.

1. Memórias de cálculo da estimativa das quantidades que seriam contratadas; 

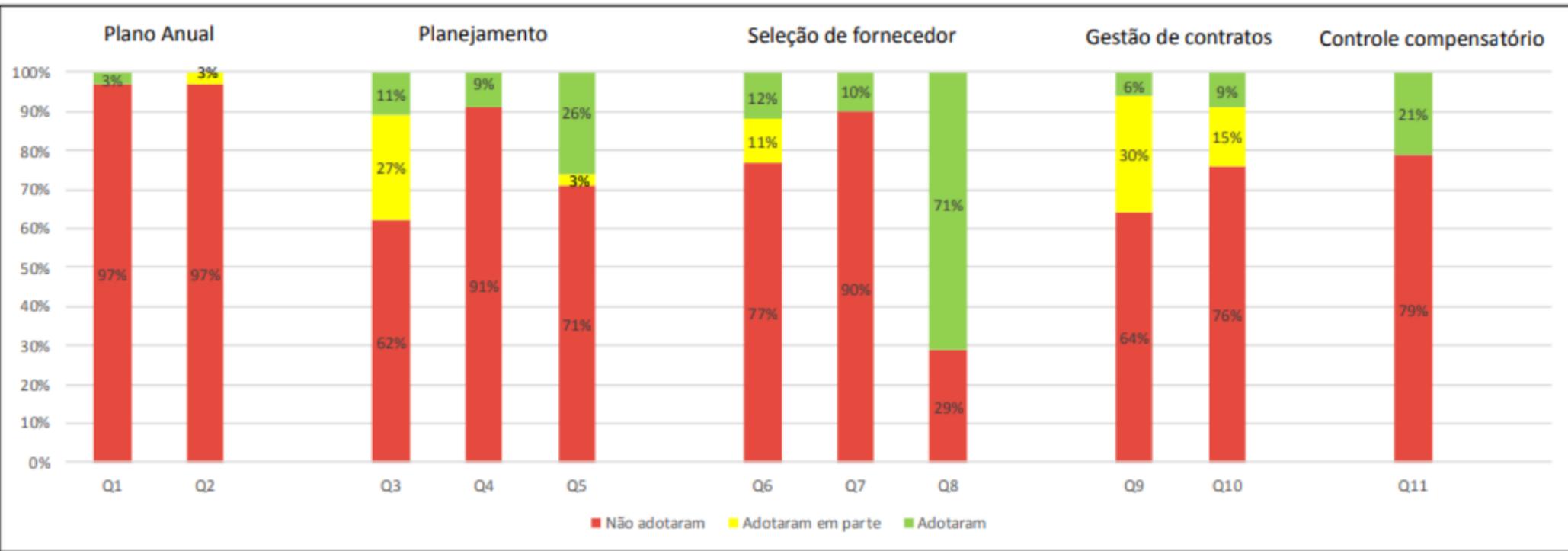
2. Documentos que deram suporte ao cálculo da estimativa das quantidades que seriam contratadas; 

3. Memórias de cálculo da estimativa de preços; 

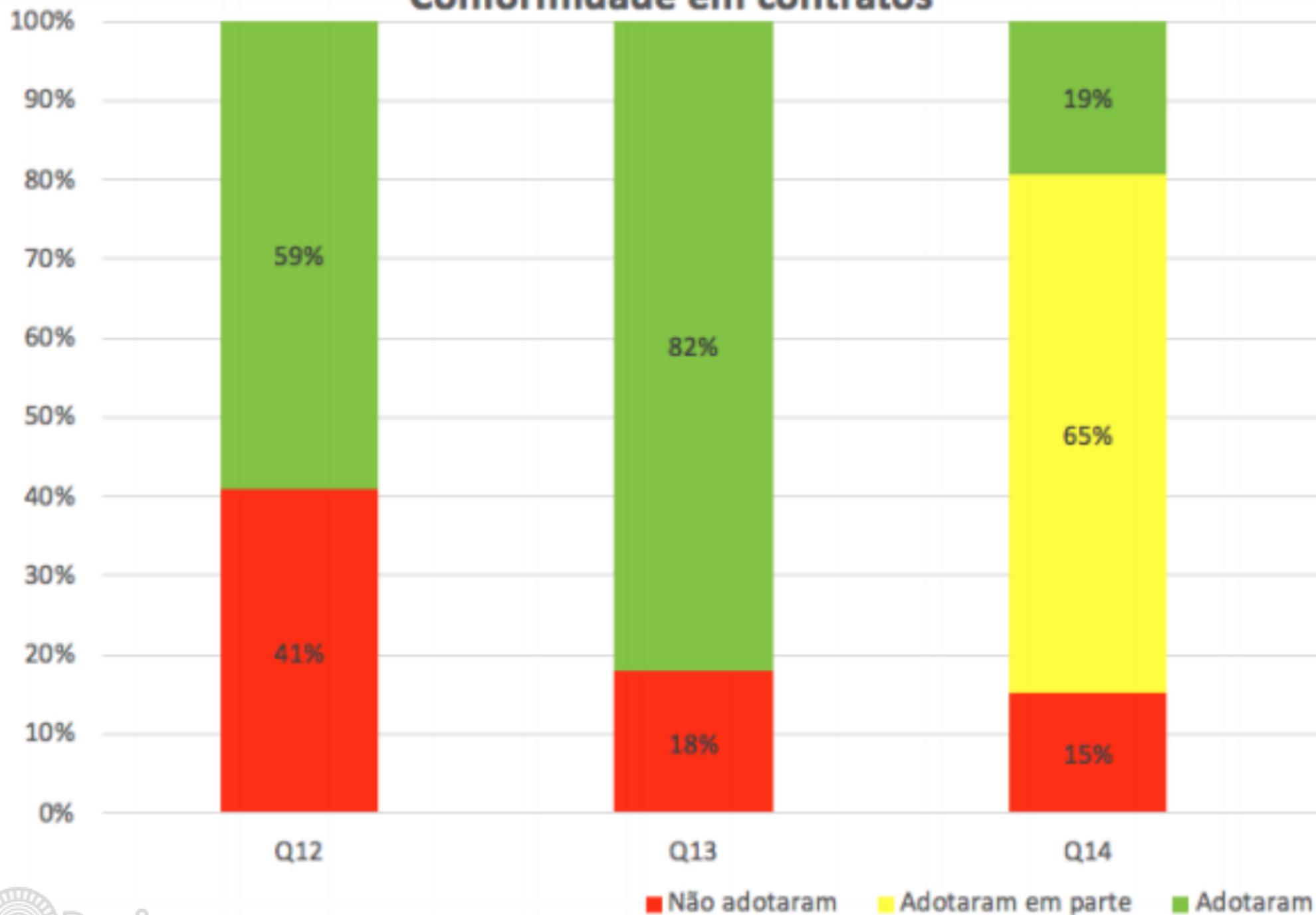
4. Documentos que deram suporte ao cálculo da estimativa de preços; 

5. Documentos que formalizaram a nomeação dos fiscais do contrato e dos substitutos eventuais. 

Aproveita o ensejo para renovar votos de estima e consideração.



Conformidade em contratos



Conclusões da Fase 1

Panorama Geral

A estrutura de transparência municipal existe, mas não atende ao cidadão!

E quais são os riscos associados?

- Restrição ao controle social
- Possibilidade de fraude e corrupção municipal
- Interrupção de transferências voluntárias

Panorama Local

Jundiaí foi um dos 5 municípios que foram exceção

Encaminhamentos

- 1) Ouvidoria da Prefeitura
- 2) Câmara dos Vereadores
- 3) Ministério Público Estadual

Conclusões da Fase 2

Panorama Geral

A maioria das prefeituras estão em estágio inicial no amadurecimento da gestão e governança de aquisições, quando comparado no nível federal.

E quais são os riscos associados?

- Possibilidade de contratar mal
- Interrupção de transferências voluntárias

Panorama Local

Jundiá também está no estágio inicial no amadurecimento da gestão de contratações. E o resultado da análise de 1 contrato não dá para classificar a gestão em geral.

Encaminhamentos

Diálogo junto à PMJ para busca de soluções quanto as melhorias na gestão, pois embora não haja um normativo que defina que a prefeitura deve fazer um plano anual de contratações, quanto melhor a gestão de contratos, mais recursos pela transferência voluntária eles poderão receber.

Medicamento	Objeto	QTD	Preço Referido	Valor Vinculado	Data	Orgão Setor	Empresa Vinculada	
FRAC. 250/2000 2000/144 Magalães de Foz	FRAC. CARBO RACIAL, 15000 X 810	100	300,7			intergov	42271 USDF	Alto Trazze
Cartão Verde	FRAC. CARBO RACIAL, 15000 X 810	20	379	248,0	42071	USDF	ZWARTT Com e Recursos para LTDA ME	
Cartão Verde	FRAC. CARBO RACIAL, 15000 X 810	0	0	322	42007	USDF	DI BRASIL E CIA LTDA ME	
Cartão Verde	FRAC. CARBO RACIAL, 15000 X 810	0	110,00			intergov	42110 USDF	Alto Trazze
Cartão Verde	FRAC. CARBO RACIAL, 15000 X 810	0	140,00			FACOMAR	42170 USDF	Alto Trazze
Cartão Verde	FRAC. CARBO RACIAL, 15000 X 810	0	130,41	147,71	42110	USDF	Delmar Distribuidora de Pesca SPP	

quanto melhor a gestão de recursos pela transferência poderão receber.

Modalidade	Objeto	Qtde	Preço Referênc	Valor Vencedor	Data	Órgão Solici	Empresa Vencedora
Pregão Eletrônico 2018/146 Registro de Preço	PNEU CARRO RADIAL, 195/55 X R15	195	305,7	revogado	43271	UGAGP	não houve
Compra Direta 2018/377	PNEU CARRO RADIAL, 195/55 X R15	24	279	249,8	43171	UGAGP	JVARTTI Com e Recuperad-pneus LTDA ME
Compra Direta 2018/998	PNEU CARRO RADIAL, 195/55 X R15	2	322	322	43257	UGGF	Di Blasio e Cia LTDA ME
Carta Convite 2018/56	PNEU CARRO RADIAL, 195/55 X R15	4	322,66	revogado	43210	UGE	não houve
Carta Convite 2018/84	PNEU CARRO RADIAL, 195/55 X R15	4	280,25	fracassado	43273	UGMT	não houve
Carta Convite 2018/116	PNEU CARRO RADIAL, 195/55 X R15	8	330,63	247,71	43313	UGSM	Delaer Distribuidora de Pneus EPP



PROJETO DE OLHO NA CÂMARA - METAS PARA O LEGISLATIVO - DOCUMENTO COLABORATIVO



**QUEREMOS TE OUVIR:
COMO
PODEMOS
MELHORAR
A CÂMARA
MUNICIPAL?**

**Observatório
SOCIAL DO BRASIL
JUNDIAÍ/SP**

**VOTO
CONSCIENTE
JUNDIAÍ**

Transparência

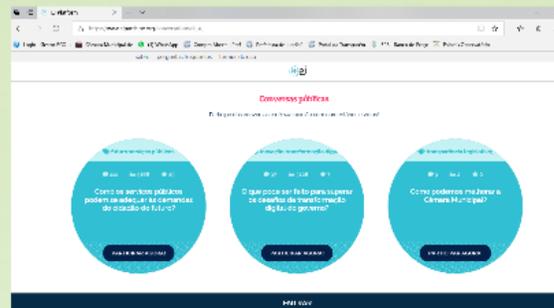
1. Publicar a agenda dos Vereadores
2. Transparência sobre cargos públicos
3. Avançar na agenda de dados abertos do site da Câmara
4. Estimular Comissões Temáticas mais atuais

Gastos

1. Controle dos aditivos contratuais orçamentários (toda a vez que for necessário um gasto adicional com contratos e processos de licitação)
2. Prestação de contas mensal da Câmara com apresentação de gastos individuais por vereador, detalhando todas as despesas, tais como diárias, passagens aéreas, reembolsos, internos (verbas de gabinete) e demais.
3. Otimização do planejamento orçamentário

Participação

1. Regular suspensões das sessões ordinárias
2. Otimizar debates públicos do Grande Expediente
3. Melhorar comunicação institucional através das redes sociais da CMJ
4. Criação de ferramenta de consulta pública (termômetro consultivo)
5. Criação de canal institucional de Ideias Legislativas Populares
6. Criar aplicativo da Câmara Municipal de Jundiaí, contendo todas as informações para consulta, já disponíveis no site.





QUEREMOS TE OUVIR:

COMO PODEMOS MELHORAR A CÂMARA MUNICIPAL?

Transp

1. Public
dos Ver

2. Trans
cargos

3. Avanç
abertos

4. Estim
Temát



Transparência

1. Publicar a agenda dos Vereadores
2. Transparência sobre cargos públicos
3. Avançar na agenda de dados abertos do site da Câmara
4. Estimular Comissões Temáticas mais atuantes 

Gastos

1. Controle dos aditivos contratuais orçamentários (toda a vez que for necessário um gasto adicional com contratos e processos de licitação)
2. Prestação de contas mensal da Câmara com apresentação de gastos individuais por vereador, detalhando todas as despesas, tais como diárias, passagens aéreas, reembolsos, internos (verbas de gabinete) e demais.
3. Otimização do planejamento orçamentário 

Participação

1. Regular suspensões das sessões ordinárias
2. Otimizar debates públicos do Grande Expediente
3. Melhorar comunicação institucional através das redes sociais da CMJ 
4. Criação de ferramenta de consulta pública (termômetro consultivo) 
5. Criação de canal institucional de Ideias Legislativas Populares 
6. Criar aplicativo da Câmara Municipal de Jundiaí, contendo todas as informações para consulta, já disponíveis no site.

Câmara vai devolver mais de R\$ 10 milhões à prefeitura; veja outros destaques do Pela Ordem

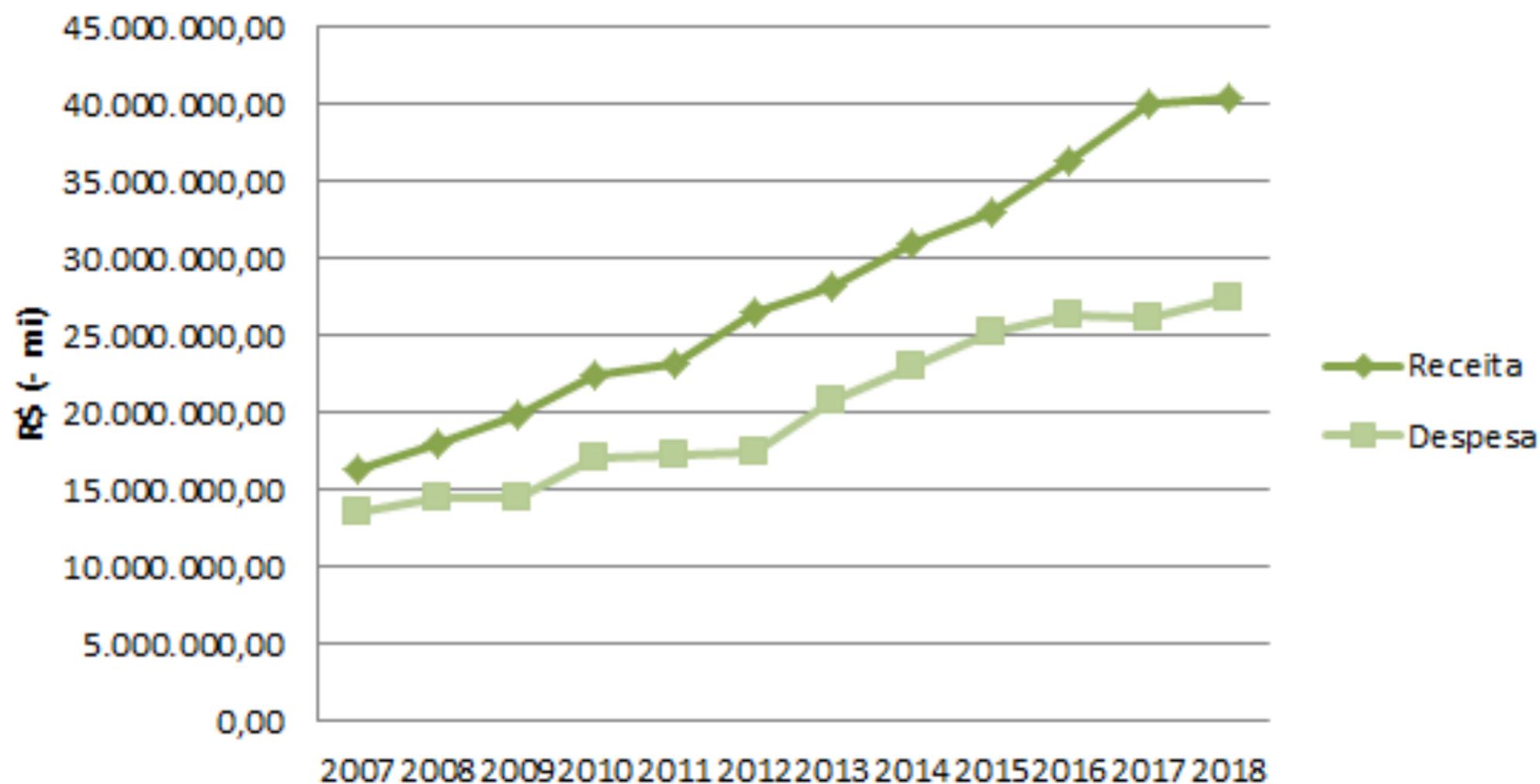
ARIADNE GATTOLINI 11/12/2018 05:05

 Imprimir

A Câmara de Jundiaí vai devolver R\$ 10,15 milhões aos cofres municipais. Segundo o presidente, Gustavo Martinelli (PSDB), o lema foi economizar o máximo possível. A principal delas deu-se com a extinção de quatro cargos comissionados que reduziu a despesa em R\$ 3,4 milhões. Chamar uma concursado para a assessoria do presidente também trouxe alívio de R\$ 150 mil. "E não trocamos a frota de veículos para garantir maior devolução", disse Gustavo.

SECRETÁRIOS DE VÁRZEA INVESTIGADOS: A Operação Ouro-Verde, que investiga desvio de dinheiro na área da saúde,

Evolução das Receitas e Despesas Totais (2007-18)



Conforme se observa do quadro acima, o Planejamento do Legislativo tem se mostrado reiterada e sistematicamente falho e equivocado, tendo em vista um orçamento superestimado, causando prejuízos ao município.

Com efeito, recurso público é para ser investido na cidade, em melhorias à população, não se justificando a manutenção de altas quantias em instituições bancárias, durante todo um exercício, deixando de utilizá-lo em prol do município.

Ademais, o Legislativo sempre dispõe de instrumentos legais para suplementar o seu orçamento durante a execução, de modo a cobrir eventual déficit, não se justificando previsões absurdas.

Nem se diga que o só fato do Legislativo ter

B.3.2. LIMITE CONSTITUCIONAL PARA GASTO COM FOLHA DE PAGAMENTO (EC N° 25/00)

Transferência total da Prefeitura	33.000.000,00
Inativos pagos com orçamento do Legislativo	619.900,83
Transferência líquida	32.380.099,17
Despesa total com folha de pagamento	22.156.678,89
Inativos pagos com orçamento do Legislativo	619.900,83
Despesa com folha de pagamento	21.536.778,06
Despesa com folha ÷ Transferência líquida	66,51%
Percentual máximo	70,00%

OBS: A título de informação ressaltamos que, calculando-se o montante anual da folha de pagamento do legislativo sobre o valor efetivo das suas despesas em 2015, o gasto com pessoal atinge o percentual de 76,72%. Denotando assim que a superestimação orçamentária relatada no item B.1, além de prejudicial ao município, propicia um percentual de despesa com pessoal irreal.

Conforme se observa do quadro acima, o Planejamento do Legislativo tem se mostrado reiterada e sistematicamente falho e equivocado, tendo em vista um orçamento superestimado, causando prejuízos ao município.

Com efeito, recurso público é para ser investido na cidade, em melhorias à população, não se justificando a manutenção de altas quantias em instituições bancárias, durante todo um exercício, deixando de utilizá-lo em prol do município.

Ademais, o Legislativo sempre dispõe de instrumentos legais para suplementar o seu orçamento durante a execução, de modo a cobrir eventual déficit, não se justificando previsões absurdas.

Nem se diga que o só fato do Legislativo ter

B.3.2. LIMITE CONSTITUCIONAL PARA GASTO COM FOLHA DE PAGAMENTO (EC N° 25/00)

Transferência total da Prefeitura	33.000.000,00
Inativos pagos com orçamento do Legislativo	619.900,83
Transferência líquida	32.380.099,17
Despesa total com folha de pagamento	22.156.678,89
Inativos pagos com orçamento do Legislativo	619.900,83
Despesa com folha de pagamento	21.536.778,06
Despesa com folha + Transferência líquida	66,51%
Percentual máximo	70,00%

OBS: A título de informação ressaltamos que, calculando-se o montante anual da folha de pagamento do legislativo sobre o valor efetivo das suas despesas em 2015, o gasto com pessoal atinge o percentual de 76,72%. Denotando assim que a superestimação orçamentária relatada no item B.1, além de prejudicial ao município, propicia um percentual de despesa com pessoal irreal.



Conversas públicas

Participe das conversas e dê sua opinião com comentários e votos!

futuro serviços públicos

111 5188 15

Como os serviços públicos podem se adequar às demandas do cidadão do futuro?

PARTICIPAR AGORA!

inovação transformação digital

97 3128 7

O que pode ser feito para superar os desafios da transformação digital do governo?

PARTICIPAR AGORA!

transparência legislativo;

9 2 0

Como podemos melhorar a Câmara Municipal?

PARTICIPAR AGORA!

ENTRAR

transparência legislativo;



Como podemos melhorar a
Câmara Municipal?

PARTICIPAR AGORA!

Como podemos melhorar a Câmara Municipal?

9 comentários

2 votos

0 favoritos

Comentários

1 / 9



Provocador

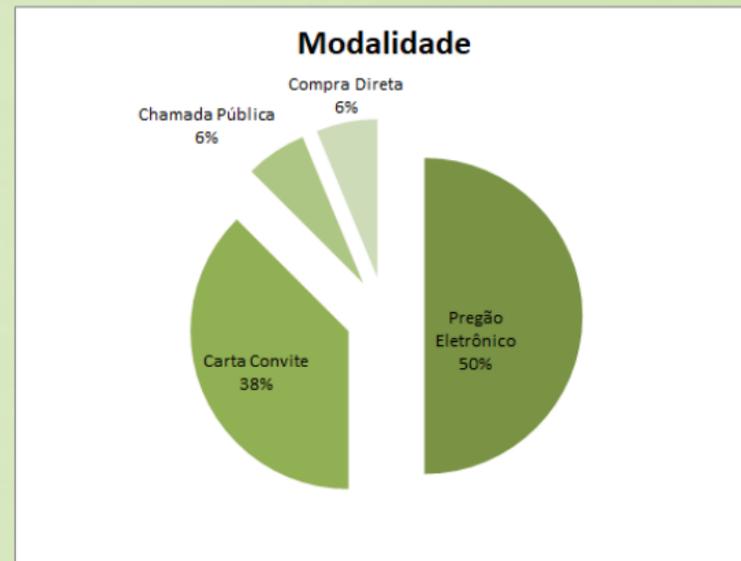
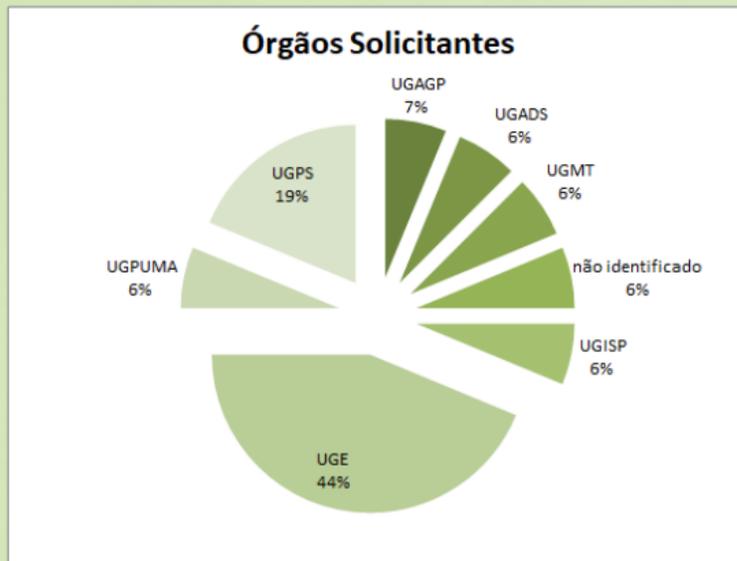
Devolução de quantias milionárias ao final do ano não é sinônimo de economia e sim de falta de planejamento e gestão. O orçamento deveria ser adequado a realidade, sem superestimar os gastos.

É necessário **entrar** antes de votar ou enviar um comentário!

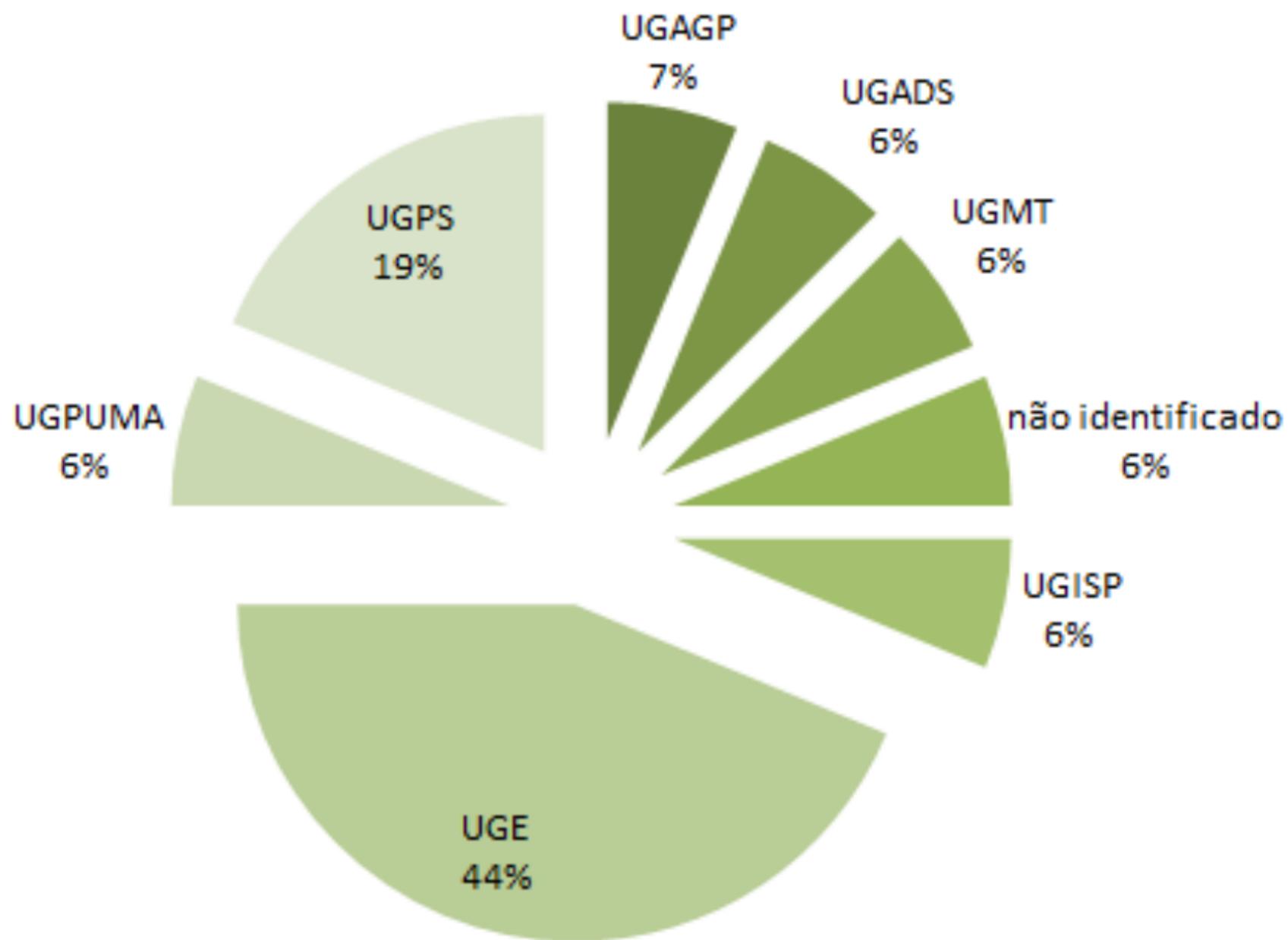
LICITAÇÕES

16 Contratos Analisados

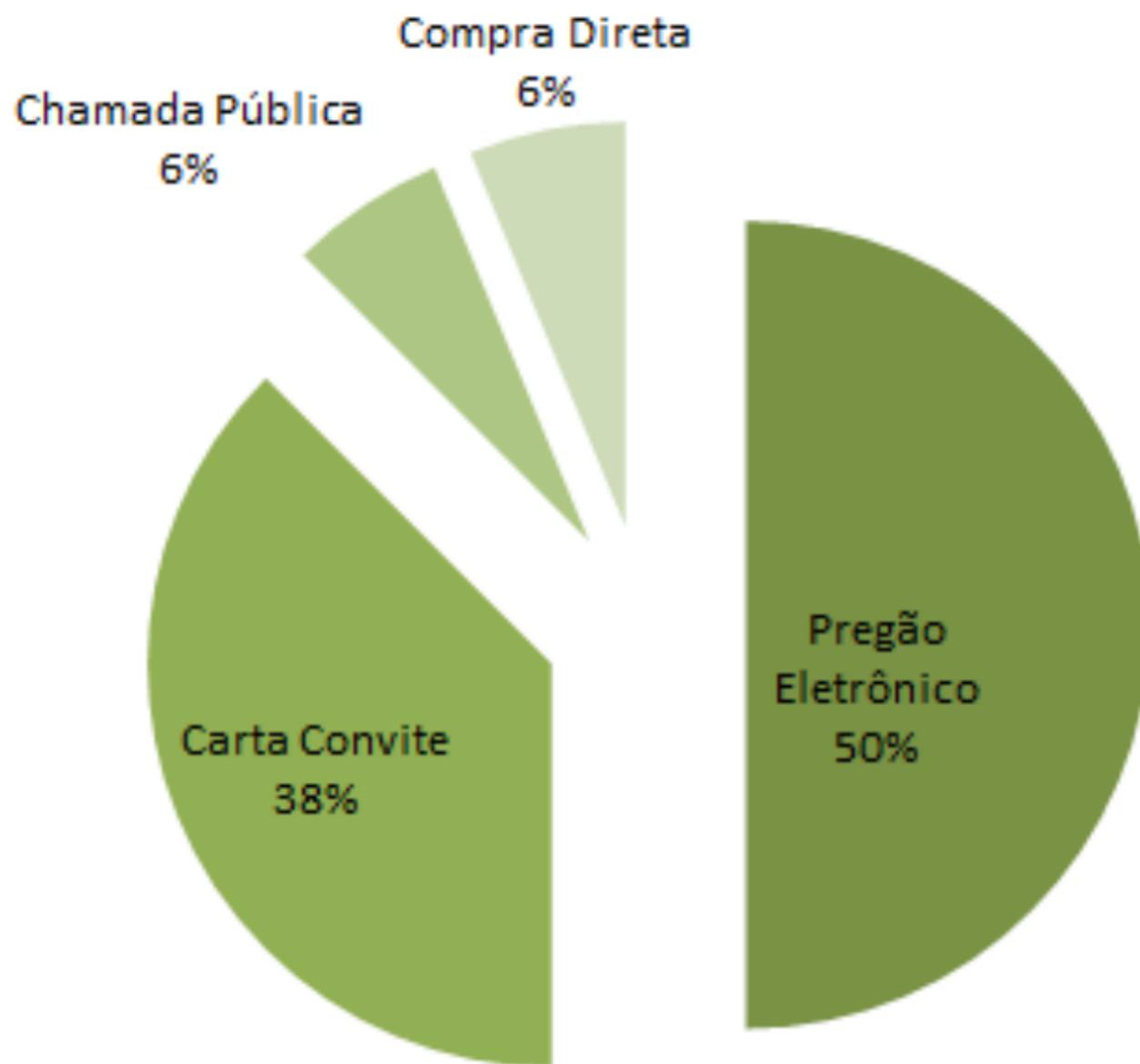
Equivalente a R\$ 1 milhão



Órgãos Solicitantes



Modalidade



CONTRATOS DE OBRAS DA SAÚDE



Entraves Identificados (Relatório Obras Transparentes, 2018)

Paralisações e Atrasos

- a) Empresas contratadas não possuem condições financeiras para concluir as obras
- b) Falha no planejamento das contratações
- c) Deficiências na fiscalização contratual
- d) Atrasos no repasse das verbas federais

Demora no início da obra

- a) Fracasso na implementação do projeto
- b) Ausência de pré-requisitos para a execução da obra

Andamento período de maio a agosto:

Unidade Básica de Saúde da Vila Maringá

- Obra finalizada e entregue
- O contrato teve como valor original R\$ 45.381,36, mas após aditamento de R\$15.350,88 e prorrogação de 30 dias a reforma custou R\$ 60.732,74 aos cofres públicos municipais

Centro de Especialidades Odontológicas

- Empresa vencedora da licitação: Q7 Engenharia e Construção Ltda
- contrato rescindido amigavelmente por "divergências entre projetos, planilha contratual e a atual necessidade de adequação do CEO"

Unidade Básica de Saúde do Jardim Tulipas

- Empresa vencedora da licitação: Q7 Engenharia e Construção Ltda
- Após a contratação foi realizado um aditamento de 49,25% do valor original do contrato (a Lei 8.666/93 permite aditamentos de até 50% no caso de reformas e 25% no caso de obras), que custou R\$ 58.629,01 aos cofres municipais.

Unidade de Pronto Atendimento UPA Vila Progresso

- Obra paralisada
- Engenheiros da Prefeitura apontam erros nos projetos executivos e divergências na planilha orçamentária

Unidade de Pronto Atendimento UPA Ponte São João

- Obra paralisada
- Engenheiros da Prefeitura apontam erros nos projetos executivos e divergências na planilha orçamentária.





Jan/16

Mai/16

Jun/16

Ago/16

Nov/16

Abre processo licitatório
10 empresas participam

Mudança do Projeto

Aditamento Contratual 19,04%
prorrogação 150 dias

Waittman Engenharia LTDA EPP
R\$1.149.281,84

Suspensão da Obra



Jan/17

Jun/17

Comissão de análise de UPAS/UBS
rescisão do contrato

Ordem de Desmobilização
da Obra



Fev/18

Out/18

Contrato ainda não tinha sido
rescindido; OSB Judicial
solicitou esclarecimentos

Rescisão contratual amigável,
pagamento de R\$ 17 mil



2019





Fev/18

Contrato ainda não tinha sido rescindido; OSB Jundiaí solicitou esclarecimentos



Out/18

Rescisão contratual amigável, pagamento de R\$ 17 mil



2019





Andamento período de maio a agosto:

Unidade Básica de Saúde da Vila Maringá

- Obra finalizada e entregue
- O contrato teve como valor original R\$ 45.381,36, mas após aditamento de R\$15.350,88 e prorrogação de 30 dias a reforma custou R\$ 60.732,74 aos cofres públicos municipais

Centro de Especialidades Odontológicas

- Empresa vencedora da licitação: Q7 Engenharia e Construção Ltda
- contrato rescindido** amigavelmente por "divergências entre projetos, planilha contratual e a atual necessidade de adequação do CEO"

Unidade Básica de Saúde do Jardim Tulipas

- Empresa vencedora da licitação: Q7 Engenharia e Construção Ltda
- Após a contratação foi realizado um **aditamento de 49,25% do valor original** do contrato (a Lei 8.666/93 permite aditamentos de até 50% no caso de reformas e 25% no caso de obras), que custou R\$ 58.629,01 aos cofres municipais.

Unidade de Pronto Atendimento UPA Vila Progresso

- Obra paralisada**
- Engenheiros da Prefeitura apontam erros nos projetos executivos e divergências na planilha orçamentária

Unidade de Pronto Atendimento UPA Ponte São João

- Obra paralisada**
- Engenheiros da Prefeitura apontam erros nos projetos executivos e divergências na planilha orçamentária.



Entraves Identificados

(Relatório Obras Transparentes, 2018)

Paralisações e Atrasos

- a) Empresas contratadas não possuem condições financeiras para concluir as obras**
- b) Falha no planejamento das contratações**
- c) Deficiências na fiscalização contratual**
- d) Atrasos no repasse das verbas federais**

Demora no início da obra

- a) Fracasso na implementação do projeto**
- b) Ausência de pré-requisitos para a execução da obra**

**EU FAÇO
PARTE
DESSA
UNIÃO**

UNIDOS CONTRA A CORRUPÇÃO

**NOVAS MEDIDAS
PARA ACABAR COM ESSE
VELHO PROBLEMA DO BRASIL.**

Bloco 3. PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

12. SEGUROS DE CONTRATOS PÚBLICOS ("PERFORMANCE BONDS")

Institui como obrigatória a contratação de seguro garantia de execução do contrato em favor do Poder Público em todos os contratos públicos de obras ou fornecimento de bens ou serviços com valor superior a 10 milhões de reais.



Prezi

Bloco 3. PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

12. SEGUROS DE CONTRATOS PÚBLICOS (“PERFORMANCE BONDS”)

Institui como obrigatória a contratação de seguro garantia de execução do contrato em favor do Poder Público em todos os contratos públicos de obras ou fornecimento de bens ou serviços com valor superior a 10 milhões de reais.





AGENDA



ABRIL/2019 ASSEMBLEIA GERAL DO
OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL -
JUNDIAI/SP



FAÇA PARTE TAMBÉM

Observatório Social de Jundiaí
@osjundiai

Página inicial

Sobre

Eventos

Fotos

Vídeos

Google

ACESSE JUNDIAI.OSBRASIL.ORG.BR

Curtiu Seguindo Compartilhar

Doar

5,0 6 de 6 · Com base na opinião de 7 pessoas

FAÇA PARTE TAMBÉM



Observatório Social
de Jundiaí
@osjundiai

Página inicial

- Sobre
- Eventos
- Fotos
- Vídeos



Curtiu ▾ Seguindo ▾ Compartilhar ⋮

Doar ✎

Criar publicação | Ao vivo | Evento | Oferta | Emprego

5,0 5 de 5 · Com base na opinião de 7 pessoas



Observatório Social do Brasil

JUNDIAÍ | SP

OSB

Observatório Social do Brasil

O Observatório Social do Brasil tem como missão despertar o espírito da **Cidadania Fiscal** na sociedade organizada, através de estudos e seu próprio observatório, além de exercer o controle social para diminuir **corrupção e má gestão**.

OSJ

Observatório Social do Brasil/Jundiaí/SP

- ✓ Lançado em **2015**
- ✓ Assembleia de Constituição em Setembro de **2016**
- ✓ Início das atividades em Fevereiro de **2017**

Associação **sem fins lucrativos**; mantida e operada pela **sociedade civil**; espaço democrático, que atua de forma **agartidária e impessoal**.

FAÇA PARTE TAMBÉM



AGENDA

- ✓ **ABRIL 2017** ASSEMBLEIA GERAL DO OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL, JUNDIAÍ/SP

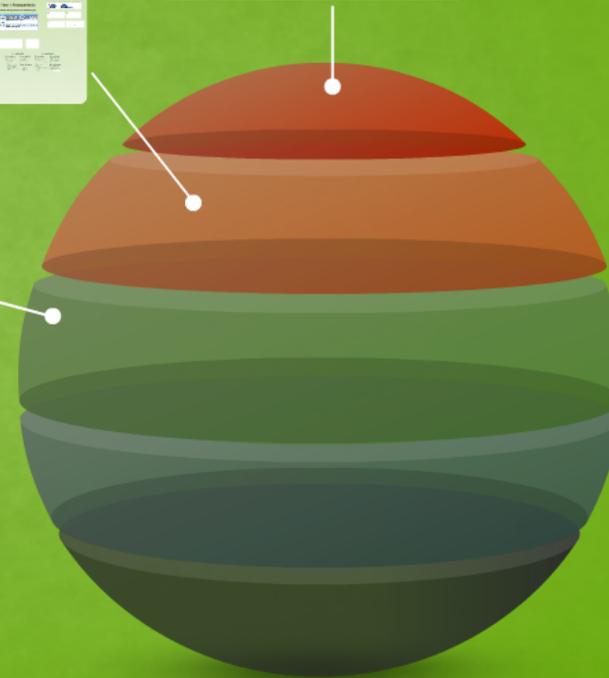
GESTÃO PÚBLICA



TRANSPARÊNCIA



PROJETO DE OLHO NA CÂMARA - METAS PARA O LEGISLATIVO - DOCUMENTO COLABORATIVO



EU FAÇO PARTE DESSA UNIÃO

UNIDOS CONTRA A CORRUPÇÃO

NOVAS MEDIDAS PARA ACABAR COM ESSE VELHO PROBLEMA DO BRASIL.

